

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Conhecimentos e crenças de profissionais da educação sobre o abuso sexual contra crianças

Aline Pozzolo Batista, Mariana Gonçalves

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18121>

Submetido em: 2026-09-22

Postado em: 2026-09-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

CONHECIMENTOS E CRENÇAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

ALINE POZZOLO BATISTA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5923-1469>

alipozzolo@gmail.com

MARIANA GONÇALVES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6174-0163>

marianagoncalves@psi.uminho.pt

¹ Universidade do Minho. Braga, Portugal.

² Universidade do Minho. Braga, Portugal.

RESUMO: A atuação de profissionais da educação na prevenção, identificação e encaminhamento de situações de abuso sexual contra crianças depende, em parte, dos conhecimentos e crenças que possuem acerca do fenômeno. Este estudo, de delineamento transversal e abordagem quantitativa, teve como objetivo analisar os conhecimentos e as crenças de profissionais da educação sobre o abuso sexual contra crianças, identificando domínios de maior vulnerabilidade formativa e examinando sua associação com características sociodemográficas e profissionais. Participaram 258 profissionais da educação atuantes no Ensino Fundamental em escolas brasileiras públicas e privadas. Os participantes responderam, em formato on-line, ao Questionário de Conhecimentos e Crenças sobre o Abuso Sexual contra Crianças (QCCAS). Foram realizadas análises descritivas, comparações entre fatores, testes de associação e modelos lineares gerais ajustados. Os resultados indicaram maior alinhamento no reconhecimento de práticas sexualmente abusivas e níveis moderados de conhecimentos sobre o abuso sexual contra crianças. Entre os fatores avaliados, o domínio relativo às respostas da criança diante do abuso sexual apresentou os escores mais elevados, enquanto a percepção sobre identificação do abuso sexual e de suas evidências apresentou os escores mais baixos. Gênero, idade, tempo de atuação e rendimento médio associaram-se a diferentes domínios do QCCAS. Os achados evidenciam lacunas específicas, sobretudo na identificação do abuso e na interpretação de evidências, e oferecem informações para o planejamento de ações de formação inicial e continuada em contexto escolar.

Palavras-chave: abuso sexual de crianças, conhecimentos, crenças, profissionais da educação, formação continuada.

EDUCATION PROFESSIONALS' KNOWLEDGE AND BELIEFS ABOUT CHILD SEXUAL ABUSE

ABSTRACT: Education professionals play a key role in preventing, identifying, and reporting of child sexual abuse. Their effectiveness in these roles depends, in part, on their knowledge and beliefs about the phenomenon. This cross-sectional quantitative study aimed to examine education professionals' knowledge and beliefs about child sexual abuse, identify domains of greater training needs, and analyze their associations with sociodemographic and professional characteristics. Participants were 258 education professionals working in public and private elementary schools in Brazil. They completed the Knowledge and Beliefs About Child Sexual Abuse Questionnaire (QCCAS) online. Descriptive analyses, comparisons between factors, association tests, and adjusted general linear models were conducted. Results indicated greater accuracy in recognizing sexually abusive behaviors and moderate levels of

knowledge and beliefs about child sexual abuse. Among the assessed domains, the domain concerning children's responses to child sexual abuse yielded the highest scores, whereas the domain related to the identification of child sexual abuse and its indicators yielded the lowest scores. Gender, age, years of professional experience, and household income were associated with different QCCAS domains. The findings highlight specific gaps, particularly in identifying child sexual abuse and interpreting its indicators, and provide guidance for the development of pre-service and in-service training programs for education professionals.

KeyWords: child sexual abuse, knowledge, beliefs, education professionals, in-service training.

CONOCIMIENTOS E CREENCIAS DE PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL

RESUMEN: La actuación de profesionales de la educación en la prevención, identificación y direccionamiento de situaciones de abuso sexual infantil depende, en parte, de los conocimientos y creencias que poseen sobre el fenómeno. Éste estudio, de delineamiento transversal y abordaje cuantitativa, tuvo como objetivo analizar los conocimientos y creencias de profesionales de la educación sobre abuso sexual contra menores, identificando dominios de mayor vulnerabilidad formativa y examinando su asociación con características socio demográficas y profesionales. Participaron 258 profesionales de la educación actuantes en el nivel primario en escuelas brasileñas públicas y privadas. Los participantes respondieron, en línea, el Cuestionario de Conocimientos y Creencias sobre el Abuso Sexual Infantil (QCCAS). Fueron realizadas análisis descriptivos, comparaciones entre factores, pruebas de asociación y modelos lineales ajustados. Los resultados indican mayor alineamiento en el reconocimiento de prácticas sexuales abusivas y niveles moderados de conocimientos y creencias sobre el abuso sexual infantil. Entre los factores evaluados, el dominio relativo a las respuestas de niños frente al abuso sexual presentó la puntuación más elevada, mientras la percepción sobre la identificación del abuso sexual y sus evidencias presentó la puntuación más baja. Género, edad, tiempo de actuación e ingreso promedio estuvieron asociados a diferentes dominios del QCCAS. Los hallazgos evidencian lagunas específicas, especialmente en la identificación del abuso y en la interpretación de evidencias y brindan informaciones para la planificación de acciones de formación inicial y continua en un contexto escolar.

Palabras clave: abuso sexual infantil, creencias, conocimientos, profesionales de la educación, formación continua.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças constitui um fenômeno global, persistente e de elevada complexidade, com implicações para os sistemas de proteção, saúde, justiça e educação. Estimativas indicam prevalências expressivas de diferentes formas de violência sexual na infância (Piolanti et al., 2025). Apesar da magnitude do problema, a identificação e a notificação dos casos continuam dificultadas por múltiplas barreiras (Choudhry et al., 2018). No Brasil, embora se observe um aumento no número de denúncias de crimes sexuais contra crianças na última década, esses dados devem ser interpretados à luz da subnotificação característica desse tipo de violência (Bueno et al., 2023).

Nesse cenário, as instituições educacionais ocupam uma posição estratégica. A escola é um dos principais contextos de convivência cotidiana das crianças e, por isso, professores, gestores, monitores e demais profissionais da educação podem desempenhar um papel fundamental na prevenção,

identificação, acolhimento e encaminhamento de situações suspeitas ou reveladas de abuso sexual. Dados internacionais indicam que profissionais vinculados à educação estão entre os principais responsáveis pelas notificações de violência contra crianças (Administration for Children and Families [ACF], 2021). No contexto brasileiro, contudo, ainda são escassas as informações sobre a participação dos profissionais da educação nas notificações de abuso sexual. Estudos anteriores sugerem que as notificações realizadas por esses profissionais podem ser inferiores ao esperado, considerando o papel protetivo atribuído às instituições educacionais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2022; Inoue & Ristum, 2008).

A legislação brasileira reforça a responsabilidade das escolas no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao destacar a importância de ações de prevenção e de notificação dos casos (Lei nº 13.431, 2017; Decreto nº 9.603, 2018). Contudo, a existência de normativas não garante que os profissionais estejam preparados para atuar diante desses casos. A literatura tem indicado que a falta de capacitação, o desconhecimento dos fluxos de encaminhamento e a insuficiência de informações sobre a legislação vigente podem dificultar a atuação profissional diante dessas situações e ampliar os prejuízos para as vítimas (Habigzang et al., 2011). Revisões recentes sobre a formação de professores também apontam que conteúdos relacionados à prevenção, identificação e resposta a situações de abuso sexual ainda são abordados de forma limitada e heterogênea na formação inicial e continuada desses profissionais da educação (Walsh et al., 2022; Walsh et al., 2023).

Além do conhecimento técnico, é preciso considerar as crenças dos profissionais sobre o abuso sexual contra crianças, pois a efetividade dos programas de capacitação não depende apenas da ampliação de conhecimentos, mas também da identificação de concepções equivocadas, inseguranças e necessidades formativas (Bayer et al., 2025). Crenças imprecisas sobre vítimas, ofensores, sinais de abuso, revelação, evidências físicas e procedimentos legais podem interferir diretamente na forma como os profissionais interpretam situações suspeitas e tomam decisões sobre como agir (Duarte et al., 2022; Márquez-Flores et al., 2016).

As crenças podem ser compreendidas como formulações simbólicas construídas nas interações entre o sujeito e seu contexto social, cultural e afetivo. De acordo com a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, a forma como as pessoas interpretam a realidade é mediada por experiências, valores, afetos e relações estabelecidas com o meio, com os outros e consigo mesmas (Arantes, 2013; Pátaro, 2007). Nessa perspectiva, pensar, sentir e agir não constituem dimensões isoladas. Em temas marcados por silêncio, estigma e ambivalência, como o abuso sexual contra crianças, os profissionais podem recorrer tanto a conhecimentos sistematizados quanto a crenças socialmente compartilhadas. Quando alinhadas a evidências, essas crenças podem favorecer respostas protetivas; quando baseadas em mitos ou concepções imprecisas, podem dificultar a identificação, a escuta, a notificação e o encaminhamento adequado.

A escola pode constituir um espaço de proteção, mas também pode falhar em sua função protetiva quando os adultos não reconhecem sinais, minimizam relatos, esperam evidências físicas ou não sabem como proceder diante de uma suspeita. Estudos recentes com sobreviventes de abuso sexual reforçam a importância dos educadores e do sistema educacional para o reconhecimento, o acolhimento e a resposta às situações de abuso (Sigad et al., 2024). Por isso, investigar os conhecimentos e as crenças de profissionais da educação não é apenas uma questão descritiva, mas uma estratégia para identificar domínios de maior vulnerabilidade formativa e subsidiar práticas preventivas mais consistentes.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os conhecimentos e as crenças de profissionais da educação sobre o abuso sexual contra crianças. Especificamente, buscou identificar os domínios de maior e menor alinhamento com as evidências e examinar suas associações entre esses escores e características sociodemográficas e profissionais, como gênero, idade, tempo de atuação, escolaridade, rede de ensino, vínculo profissional e rendimentos.

MÉTODO

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, com delineamento transversal do tipo *survey*, caracterizado pela coleta de dados em um único momento, por meio da aplicação de um questionário validado para este estudo.

Participantes

A amostra foi composta por profissionais da educação, incluindo professores, monitores e profissionais em cargos de gestão escolar, que atuavam há pelo menos seis meses no Ensino Fundamental I ou II de escolas brasileiras públicas ou privadas. Os participantes foram recrutados por conveniência, por meio da divulgação da pesquisa em redes sociais, com participação voluntária. O tamanho amostral mínimo foi estimado com auxílio do software G*Power (Faul et al., 2009), indicando a necessidade de pelo menos 210 participantes, considerando um nível de confiança de 95%.

Inicialmente, foram registradas 360 respostas ao Questionário de Conhecimentos e Crenças sobre o Abuso Sexual contra Crianças (QCCAS), aplicado de forma online. Após a exclusão dos protocolos com elevado número de itens não respondidos, a amostra final foi composta por 258 profissionais da educação.

Em relação às características sociodemográficas, a idade variou entre 18 e 72 anos ($M = 40,76$; $DP = 10,03$). A maioria dos participantes era do gênero feminino ($n = 230$; 89,1%), residia em área urbana ($n = 241$; 94,5%), era casada ou vivia em união estável ($n = 171$; 66,3%) e relatou ter filhos ($n = 184$; 72,7%). Quanto à escolaridade, predominou a pós-graduação ou especialização ($n = 175$; 69,7%).

No que se refere às características profissionais, o tempo de atuação no Ensino Fundamental variou entre um e 40 anos ($M = 11,33$; $DP = 9,38$). A maioria atuava em escolas públicas ($n = 150$; 61,5%), e a maior parte tinha vínculo de trabalho como concursada ($n = 115$; 44,9%), seguida de vínculo Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT; $n = 88$; 34,4%). Em relação ao rendimento, a maioria da amostra informou receber entre 2 e 5 salários mínimos ($n = 178$; 69,3%). A caracterização completa dos participantes é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1.

Caracterização sociodemográfica e profissional dos participantes

Variável	<i>n</i>	%
Gênero		
Feminino	230	89,1
Masculino	28	10,9
Zona de residência		
Urbana	241	94,5

Rural	14	5,5
Estado civil		
Casado ou união estável	171	66,3
Solteiro	58	22,5
Divorciado, separado ou viúvo	29	11,2
Filhos		
Sim	184	72,7
Não	69	27,3
Escolaridade		
Ensino Médio	1	0,4
Graduação/Licenciatura	43	17,1
Pós-graduação: Especialização	175	69,7
Mestrado	25	10,0
Doutorado	7	2,8
Rede de ensino		
Pública	150	61,5
Privada	49	20,1
Pública e privada	45	18,4
Vínculo de trabalho		
Concursado	115	44,9
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	88	34,4
Admissão em caráter temporário (ACT)	44	17,2
Outro	9	3,5
Rendimento médio		
1 a 2 salários mínimos	35	13,6
2 a 5 salários mínimos	178	69,3
Mais de 5 salários mínimos	37	14,4
Prefiro não responder	7	2,7

Nota. As porcentagens foram calculadas com base nos casos válidos de cada variável.

Instrumento

Foi utilizado o Questionário de Conhecimentos e Crenças sobre o Abuso Sexual contra Crianças (QCCAS; Batista & Gonçalves, 2025), desenvolvido para avaliar conhecimentos e crenças de profissionais da educação sobre o abuso sexual contra crianças. O instrumento é composto por três partes: a primeira reúne informações sociodemográficas e profissionais dos participantes; a segunda corresponde ao Bloco 1, relativo à caracterização de práticas sexualmente abusivas; e a terceira corresponde ao Bloco 2, relativo a conhecimentos e crenças sobre o abuso sexual contra crianças. Os itens são respondidos em escala Likert de cinco pontos, variando de um (discordo totalmente) a cinco pontos (concordo totalmente). Os itens invertidos foram recodificados. Escores mais elevados indicam maior alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências.

A versão inicial do QCCAS foi submetida à apreciação de cinco especialistas da área da Psicologia, com experiência em abuso sexual contra crianças, violência interpessoal, proteção infantil

e/ou avaliação psicológica. Esta etapa teve como objetivo avaliar a clareza, a relevância e a adequação teórica dos itens, resultando em ajustes pontuais de redação e conteúdo. Posteriormente, a estrutura interna do instrumento foi analisada por meio de análises fatoriais exploratória e confirmatória.

A versão final do Bloco 1 é composta por 17 itens e apresentou estrutura unifatorial, com excelente consistência interna ($\alpha = 0,997$). Este bloco avalia o reconhecimento de diferentes práticas como sexualmente abusivas. O Bloco 2 é composto por 25 itens distribuídos em quatro fatores: Competências para Intervenção e Prevenção, com sete itens ($\alpha = 0,841$); Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual, com seis itens ($\alpha = 0,714$); Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, com seis itens ($\alpha = 0,704$); e Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências, com seis itens, ($\alpha = 0,637$). Assim, o instrumento permite obter escores médios para o Bloco 1, para o Bloco 2 como um todo e para cada um dos quatro fatores do Bloco 2.

Procedimentos

O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (CEICSH), sob o parecer nº 084/2023. A participação foi voluntária e condicionada à leitura e aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado antes do início do questionário. Apenas os participantes que declararam concordar com os termos de participação tiveram acesso ao instrumento.

A coleta de dados foi realizada de forma on-line, por meio da plataforma *Qualtrics XM*, entre 1º de setembro e 1º de dezembro de 2024. O estudo foi divulgado por conveniência, através de redes sociais e canais digitais, incluindo *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. Após acessar o link da pesquisa, os participantes leram as informações sobre os objetivos do estudo, os critérios de participação, o caráter voluntário da colaboração, a confidencialidade dos dados e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Após a aceitação do TCLE, os participantes responderam ao QCCAS de forma autoadministrada.

Estratégia de análise de dados

As análises estatísticas foram conduzidas no IBM SPSS Statistics, versão 28. Inicialmente, procedeu-se à inspeção da base de dados, à verificação dos valores omissos e ao cálculo dos escores médios do QCCAS. Os itens invertidos foram recodificados para que valores mais elevados indicassem maior alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências científicas. Foram calculados escores médios para o Bloco 1, relativo ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, para o Bloco 2, relativo aos conhecimentos e crenças sobre abuso sexual contra crianças, e para todos os seus fatores.

Para comparar os escores médios dos quatro fatores do Bloco 2, foi conduzida uma ANOVA de medidas repetidas. O pressuposto de esfericidade foi avaliado por meio do teste de Mauchly. Quando essa pressuposição foi violada, os resultados foram interpretados com correção de Greenhouse-Geisser. As comparações pareadas entre fatores foram realizadas com correção de Bonferroni.

As associações entre os escores do QCCAS, a idade e o tempo de atuação no Ensino Fundamental foram examinadas por meio de correlações de Pearson. Diferenças nos escores em função do gênero foram analisadas com testes *t* para amostras independentes. Diferenças em função da rede de ensino, escolaridade, vínculo profissional e rendimento médio foram examinadas por meio de ANOVAs

unifatoriais. A homogeneidade das variâncias foi avaliada com o teste de Levene. Quando o pressuposto de homogeneidade foi cumprido, foram utilizadas ANOVAs unifatoriais com comparações *post hoc* de Tukey. Quando esse pressuposto foi violado, foram considerados os testes de Welch e comparações *post hoc* de Games-Howell. Os tamanhos de efeito foram reportados por meio do d de Cohen, nas comparações entre dois grupos, e do eta quadrado (η^2) ou eta parcial quadrado (ηp^2), nas análises de variância.

Como análise complementar, foram estimados modelos lineares gerais univariados ajustados, utilizando casos completos para examinar se as associações observadas nas análises bivariadas se mantinham quando variáveis sociodemográficas e profissionais eram consideradas simultaneamente. Nestes modelos, gênero, rede de ensino, escolaridade, vínculo profissional e rendimento médio foram incluídos como fatores fixos, e idade e tempo de atuação no Ensino Fundamental foram incluídos como covariáveis. Foram estimados modelos para o Bloco 1 e para o Bloco 2 global. Adicionalmente, foi estimado um modelo específico para o Fator 4 do Bloco 2, uma vez que este fator apresentou o menor escore médio entre os fatores e corresponde a um domínio aplicado particularmente relevante: a percepção sobre a identificação do abuso sexual e evidências. Em todas as análises, adotou-se nível de significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Os escores médios do QCCAS são apresentados na Tabela 2. O Bloco 1, referente ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, apresentou média elevada, embora com heterogeneidade nas respostas ($M = 3,99$, $DP = 1,67$). O Bloco 2, relativo aos conhecimentos e crenças sobre abuso sexual contra crianças, apresentou média global moderada ($M = 3,71$, $DP = 0,51$). Entre os fatores do Bloco 2, o maior escore médio foi observado no fator Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual ($M = 4,00$, $DP = 0,77$), seguido dos Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual ($M = 3,81$, $DP = 0,79$) e das Competências para Intervenção e Prevenção ($M = 3,66$, $DP = 0,97$). O menor escore médio foi observado no fator Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências ($M = 3,39$, $DP = 0,82$), sugerindo maior vulnerabilidade formativa nesse domínio.

Tabela 2.

Escores do QCCAS por bloco e fator

Domínio	<i>M</i>	<i>DP</i>	IC 95%	Mínimo	Máximo
Bloco 1 – Reconhecimento de práticas sexualmente abusivas	3,99	1,67	[3,79, 4,20]	1,00	5,00
Bloco 2 – Conhecimentos e crenças (TOTAL)	3,71	0,51	[3,64, 3,77]	2,44	4,81
F1 – Competências para intervenção e prevenção	3,66	0,97	[3,53, 3,78]	1,14	5,00
F2 – Respostas da criança frente ao abuso sexual	4,00	0,77	[3,89, 4,10]	1,00	5,00
F3 – Aspectos epidemiológicos do abuso sexual	3,81	0,79	[3,70, 3,91]	1,67	5,00

F4 – Percepção sobre identificação ao abuso sexual e evidências	3,39	0,82	[3,28, 3,49]	1,17	5,00
---	------	------	--------------	------	------

Nota. Valores mais elevados indicam maior alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências. IC 95% = intervalo de confiança de 95%.

Para testar se os escores médios dos quatro fatores do Bloco 2 diferiam entre si, foi realizada uma ANOVA de medidas repetidas, considerando os participantes com dados completos nos quatro fatores ($n = 224$). O teste de esfericidade de Mauchly foi significativo, $W = 0,693$, $\chi^2(5) = 81,24$, $p < 0,001$, indicando violação do pressuposto de esfericidade. Por esse motivo, foi utilizada a correção de Greenhouse-Geisser. A análise indicou diferenças estatisticamente significativas entre os fatores, $F(2,43, 542,89) = 25,77$, $p < 0,001$, $\eta p^2 = 0,104$.

As comparações pareadas com correção de Bonferroni indicaram que o fator Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual apresentou escore significativamente superior aos fatores Competências para Intervenção e Prevenção, diferença média = 0,35, $p < 0,001$; Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, diferença média = 0,20, $p = 0,001$; e Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências, diferença média = 0,62, $p < 0,001$. O fator Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências apresentou escore significativamente inferior a todos os demais fatores, diferindo de Competências para Intervenção e Prevenção, diferença média = -0,27, $p = 0,017$; de Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual, diferença média = -0,62, $p < 0,001$; e de Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, diferença média = -0,42, $p < 0,001$. Não foi observada diferença estatisticamente significativa entre Competências para Intervenção e Prevenção e Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, $p = 0,394$.

Associações com idade, tempo de atuação e gênero

Foram analisadas correlações de Pearson entre os escores do QCCAS, a idade e o tempo de atuação no Ensino Fundamental. Os resultados são apresentados na Tabela 3. A idade apresentou correlação negativa significativa com o Bloco 1, referente ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, $r = -0,310$, $p < 0,001$, indicando que participantes mais velhos tenderam a apresentar escores mais baixos nesse domínio. Em contrapartida, a idade correlacionou-se positivamente com o Fator 1 do Bloco 2, relativo às Competências para Intervenção e Prevenção, $r = 0,279$, $p < 0,001$. Não foram observadas correlações significativas entre a idade e o escore global do Bloco 2, nem entre a idade e os Fatores 2, 3 e 4.

O tempo de atuação no Ensino Fundamental também apresentou correlação negativa significativa com o Bloco 1, $r = -0,309$, $p < 0,001$. Além disso, correlacionou-se positivamente, embora de forma fraca, com o Fator 1, $r = 0,140$, $p = 0,046$, e negativamente com o Fator 3, relativo aos Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, $r = -0,195$, $p = 0,005$. Não foram observadas correlações significativas entre o tempo de atuação e o escore global do Bloco 2, nem entre o tempo de atuação e os Fatores 2 e 4. A idade e o tempo de atuação no Ensino Fundamental apresentaram correlação positiva moderada, $r = 0,666$, $p < 0,001$.

Tabela 3.

Correlações entre idade, tempo de atuação e escores do QCCAS

Variável	1	2
----------	---	---

1. Idade	—	—
2. Anos de atuação no Ensino Fundamental	0,666***	—
3. Bloco 1 – Reconhecimento de práticas sexualmente abusivas	-0,310***	-0,309***
4. Bloco 2 – Conhecimentos e crenças	0,084	-0,060
5. F1 – Competências para intervenção e prevenção	0,279***	0,140*
6. F2 – Respostas da criança frente ao abuso sexual	-0,070	-0,133
7. F3 – Aspectos epidemiológicos do abuso sexual	-0,034	-0,195**
8. F4 – Percepção sobre identificação do abuso sexual e evidências	-0,071	-0,039

Nota. $p < 0,05$. * $p < 0,01$. ** $p < 0,001$.

Foram ainda realizados testes t para amostras independentes a fim de analisar diferenças nos escores em função do gênero. Os resultados são apresentados na Tabela 4. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre participantes do gênero feminino e masculino no Bloco 1, $t(256) = -0,88$, $p = 0,379$, $d = -0,18$. No entanto, no Bloco 2 global, participantes do gênero feminino apresentaram escores significativamente superiores aos participantes do gênero masculino, $t(223) = 4,03$, $p < 0,001$, $d = 0,87$.

Diferenças significativas no mesmo sentido foram observadas no Fator 1, Competências para Intervenção e Prevenção, $t(223) = 3,26$, $p = 0,001$, $d = 0,71$; no Fator 2, Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual, $t(223) = 2,19$, $p = 0,030$, $d = 0,47$; e no Fator 4, Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências, $t(222) = 2,08$, $p = 0,039$, $d = 0,45$. Não foi observada diferença estatisticamente significativa no Fator 3, Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, $t(223) = 1,57$, $p = 0,119$, $d = 0,34$.

Tabela 4

Diferenças nos escores do QCCAS em função do gênero

Domínio	Feminino <i>M (DP)</i>	Masculino <i>M (DP)</i>	$t(gl)$	p	d
Bloco 1 – Reconhecimento de práticas sexualmente abusivas	3,96 (1,69)	4,25 (1,51)	-0,88 (256)	0,379	-0,18
Bloco 2 – Conhecimentos e crenças (TOTAL)	3,75 (0,50)	3,33 (0,38)	4,03 (223)	< 0,001	0,87
F1 – Competências para intervenção e prevenção	3,73 (0,94)	3,06 (0,98)	3,26 (223)	0,001	0,71
F2 – Respostas da criança frente ao abuso sexual	4,03 (0,77)	3,67 (0,73)	2,19 (223)	0,030	0,47
F3 – Aspectos epidemiológicos do abuso sexual	3,83 (0,79)	3,57 (0,71)	1,57 (223)	0,119	0,34
F4 – Percepção sobre identificação ao abuso sexual e evidências	3,42 (0,81)	3,06 (0,83)	2,08 (222)	0,039	0,45

Diferenças nos escores em função de variáveis sociodemográficas e profissionais

Foram realizadas ANOVAs unifatoriais para examinar diferenças nos escores do QCCAS em função da rede de ensino, escolaridade, vínculo de trabalho e renda. Quando a homogeneidade das

variâncias foi violada, foram considerados os testes robustos de Welch e as comparações *post hoc* de Games-Howell. Os resultados completos são apresentados na Tabela 5.

Quanto à escolaridade, foram observadas diferenças significativas no Bloco 1, referente ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, Welch $F(2, 81,02) = 8,36, p < 0,001, \eta^2 = 0,028$. As comparações *post hoc* de Games-Howell indicaram que participantes com mestrado ou doutorado apresentaram escores superiores ($M = 4,71, DP = 0,95$) aos participantes com graduação/licenciatura ou escolaridade inferior ($M = 3,95, DP = 1,71$), $p = 0,039$, e aos participantes com pós-graduação/especialização ($M = 3,86, DP = 1,75$), $p < 0,001$. Também, foi observada diferença significativa no Fator 2, relativo às Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual, Welch $F(2, 73,62) = 4,64, p = 0,013, \eta^2 = 0,020$. Nesse fator, participantes com mestrado ou doutorado apresentaram escores superiores ($M = 4,23, DP = 0,46$) aos participantes com graduação/licenciatura ou escolaridade inferior ($M = 3,84, DP = 0,69$), $p = 0,018$.

Em relação à rede de ensino, observaram-se diferenças estatisticamente significativas no escore global do Bloco 2, $F(2, 211) = 4,65, p = 0,011, \eta^2 = 0,042$. As comparações *post hoc* de Tukey indicaram que profissionais da rede pública apresentaram escores superiores ($M = 3,77, DP = 0,49$) aos profissionais da rede privada ($M = 3,51, DP = 0,53$), $p = 0,009$. Também, foram observadas diferenças significativas no Fator 3, relativo aos Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, $F(2, 211) = 7,21, p < 0,001, \eta^2 = 0,064$. Nesse fator, profissionais da rede privada apresentaram escores inferiores ($M = 3,41, DP = 0,75$) aos profissionais da rede pública ($M = 3,92, DP = 0,78$), $p < 0,001$, e aos profissionais que atuavam simultaneamente nas redes pública e privada ($M = 3,90, DP = 0,78$), $p = 0,013$.

Em relação ao vínculo de trabalho, observaram-se diferenças significativas no escore global do Bloco 2, $F(2, 205) = 5,16, p = 0,006, \eta^2 = 0,048$. As comparações *post hoc* de Tukey indicaram que participantes com vínculo de admissão em caráter temporário (ACT) apresentaram escores superiores ($M = 3,93, DP = 0,48$) aos participantes com vínculo de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ($M = 3,61, DP = 0,49$), $p = 0,004$. Também, foram observadas diferenças significativas no Fator 1, relativo às Competências para Intervenção e Prevenção, $F(2, 205) = 4,53, p = 0,012, \eta^2 = 0,042$. Nesse fator, participantes com vínculo ACT apresentaram escores superiores ($M = 4,09, DP = 0,88$) aos participantes com vínculo CLT ($M = 3,53, DP = 0,93$), $p = 0,010$, e aos participantes concursados ($M = 3,63, DP = 0,95$), $p = 0,034$.

Por fim, em relação à renda, observaram-se diferenças significativas no escore global do Bloco 2, $F(2, 214) = 5,79, p = 0,004, \eta^2 = 0,051$. As comparações *post hoc* de Tukey indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores superiores ($M = 3,95, DP = 0,47$) aos participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 3,54, DP = 0,49$), $p = 0,004$, e aos participantes com rendimento entre dois e cinco salários mínimos ($M = 3,69, DP = 0,50$), $p = 0,016$. No Fator 2, relativo às Respostas da Criança frente ao Abuso Sexual, o teste de Welch indicou diferenças significativas, Welch $F(2, 65,41) = 5,84, p = 0,005, \eta^2 = 0,028$. As comparações *post hoc* de Games-Howell indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores superiores ($M = 4,27, DP = 0,51$) aos participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 3,82, DP = 0,60$), $p = 0,007$, e aos participantes com rendimento entre dois e cinco salários mínimos ($M = 3,98, DP = 0,82$), $p = 0,026$.

Também foram observadas diferenças significativas no Fator 3, relativo aos Aspectos Epidemiológicos do Abuso Sexual, $F(2, 214) = 6,73, p = 0,001, \eta^2 = 0,059$. As comparações *post hoc* de

Tukey indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores superiores ($M = 4,23$, $DP = 0,57$) aos participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 3,60$, $DP = 0,79$), $p = 0,003$, e aqueles com rendimento entre dois e cinco salários mínimos ($M = 3,77$, $DP = 0,79$), $p = 0,004$. No Fator 4, relativo à Percepção sobre Identificação do Abuso Sexual e Evidências, o teste de Welch indicou diferenças significativas, Welch $F(2, 59,83) = 4,28$, $p = 0,018$, $\eta^2 = 0,031$. As comparações *post hoc* de Games-Howell indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores superiores ($M = 3,60$, $DP = 0,59$) aos participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 3,08$, $DP = 0,79$), $p = 0,014$.

Tabela 5

Escores do OCCAS em função de escolaridade, rede de ensino, vínculo profissional e rendimento

Variável	Bloco 1	Bloco 2	F1	F2	F3	F4
Escolaridade						
Graduação/ Licenciatura ou inferior	3,95 (1,71)	3,54 (0,50)	3,47 (1,08)	3,84 (0,69)	3,63 (0,76)	3,25 (0,87)
Pós-graduação/ Especialização	3,86 (1,75)	3,73 (0,51)	3,76 (0,89)	3,98 (0,83)	3,80 (0,80)	3,39 (0,80)
Mestrado/Doutorado	4,71 (0,95)	3,78 (0,48)	3,41 (1,09)	4,23 (0,46)	4,08 (0,75)	3,46 (0,88)
<i>F</i>	8,36***	2,53	2,60	4,64*	2,73	0,59
η^2	0,028	0,023	0,023	0,020	0,025	0,005
Rede de ensino						
Pública	4,09 (1,61)	3,77 (0,49)	3,68 (1,01)	4,08 (0,75)	3,92 (0,78)	3,43 (0,79)
Privada	3,90 (1,73)	3,51 (0,53)	3,55 (0,83)	3,89 (0,82)	3,41 (0,75)	3,20 (0,81)
Pública e privada	3,97 (1,70)	3,77 (0,46)	3,73 (0,90)	3,91 (0,75)	3,90 (0,78)	3,56 (0,92)
<i>F</i>	0,28	4,65*	0,39	1,34	7,21***	2,09
η^2	0,002	0,042	0,004	0,013	0,064	0,019
Vínculo profissional						
Concursado	4,06 (1,65)	3,72 (0,50)	3,63 (0,95)	4,02 (0,75)	3,83 (0,76)	3,42 (0,78)
CLT	4,04 (1,65)	3,61 (0,49)	3,53 (0,93)	3,90 (0,80)	3,71 (0,75)	3,32 (0,83)
ACT	4,12 (1,61)	3,93 (0,48)	4,09 (0,88)	4,22 (0,62)	4,01 (0,78)	3,38 (0,91)
<i>F</i>	0,04	5,16**	4,53*	2,33	1,99	0,30
η^2	0,000	0,048	0,042	0,022	0,019	0,003
Renda médio						

1 a 2 salários mínimos	3,90 (1,75)	3,54 (0,49)	3,65 (0,98)	3,82 (0,60)	3,60 (0,79)	3,08 (0,79)
2 a 5 salários mínimos	3,98 (1,67)	3,69 (0,50)	3,62 (0,95)	3,98 (0,82)	3,77 (0,79)	3,41 (0,85)
Mais de 5 salários mínimos	4,10 (1,65)	3,95 (0,47)	3,74 (1,06)	4,27 (0,51)	4,23 (0,57)	3,60 (0,59)
<i>F</i>	0,13	5,79**	0,20	5,84**	6,73**	4,28*
η^2	0,001	0,051	0,002	0,028	0,059	0,031

Nota. Apresentação dos dados em *M(DP)*. $p < 0.05$. * $p < 0.01$. ** $p < 0.001$

Modelos Lineares Gerais ajustados

Como análise complementar, foram estimados modelos lineares gerais univariados para examinar se as associações observadas nas análises bivariadas se mantinham quando as variáveis sociodemográficas e profissionais eram consideradas simultaneamente. Para o Bloco 1, referente ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, o modelo global foi estatisticamente significativo, $F(11, 176) = 2,55$, $p = 0,005$, $\eta^2 = 0,137$, $R^2 = 0,137$, R^2 ajustado = 0,084. Entre os preditores incluídos, apenas a idade apresentou associação estatisticamente significativa com o escore do Bloco 1, $F(1, 176) = 5,06$, $p = 0,026$, $\eta^2 = 0,028$. A associação foi negativa, indicando que participantes mais velhos tenderam a apresentar escores mais baixos neste domínio, $B = -0,036$, $EP = 0,016$, $IC\ 95\% [-0,068, -0,004]$. O tempo de atuação no Ensino Fundamental não atingiu significância estatística, $F(1, 176) = 2,99$, $p = 0,086$, $\eta^2 = 0,017$, embora a direção da associação também tenha sido negativa.

Para o Bloco 2, relativo aos conhecimentos e crenças sobre abuso sexual contra crianças, o modelo global também foi estatisticamente significativo, $F(11, 154) = 4,57$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,246$, $R^2 = 0,246$, R^2 ajustado = 0,192. No modelo ajustado, observaram-se efeitos significativos de gênero, rendimento médio, tempo de atuação no Ensino Fundamental e idade. O gênero apresentou efeito significativo, $F(1, 154) = 10,17$, $p = 0,002$, $\eta^2 = 0,062$. As médias marginais estimadas indicaram que participantes do gênero feminino apresentaram escores superiores ($M = 3,80$, $EP = 0,06$, $IC\ 95\% [3,68, 3,93]$) aos participantes do gênero masculino ($M = 3,41$, $EP = 0,12$, $IC\ 95\% [3,18, 3,64]$), com diferença média de 0,39 pontos, $B = 0,389$, $EP = 0,122$, $IC\ 95\% [0,148, 0,629]$.

O rendimento médio também apresentou efeito significativo no Bloco 2, $F(2, 154) = 7,57$, $p < 0,001$, $\eta^2 = 0,089$. As comparações ajustadas indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores mais elevados ($M = 3,91$, $EP = 0,11$, $IC\ 95\% [3,70, 4,12]$) do que participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 3,33$, $EP = 0,12$, $IC\ 95\% [3,09, 3,58]$), diferença média = 0,58, $p = 0,001$, e do que participantes com rendimento entre dois e cinco salários mínimos ($M = 3,58$, $EP = 0,07$, $IC\ 95\% [3,43, 3,72]$), diferença média = 0,33, $p = 0,004$. Nas estimativas de parâmetro, tomando como referência o grupo com rendimento superior a cinco salários mínimos, os participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos apresentaram escores significativamente inferiores, $B = -0,578$, $EP = 0,158$, $IC\ 95\% [-0,891, -0,265]$, assim como os participantes com rendimento entre dois e cinco salários mínimos, $B = -0,330$, $EP = 0,101$, $IC\ 95\% [-0,530, -0,130]$.

As duas covariáveis também se associaram significativamente ao Bloco 2. O tempo de atuação no Ensino Fundamental apresentou associação negativa, $F(1, 154) = 8,44$, $p = 0,004$, $\eta^2 = 0,052$,

$B = -0,015$, $EP = 0,005$, IC 95% $[-0,025, -0,005]$, indicando que maior tempo de atuação se associou a escores mais baixos no Bloco 2. Em sentido inverso, a idade apresentou associação positiva, $F(1, 154) = 5,36$, $p = 0,022$, $\eta^2 = 0,034$, $B = 0,012$, $EP = 0,005$, IC 95% $[0,002, 0,022]$.

Por fim, para o Fator 4, relativo à percepção sobre identificação do abuso sexual e evidências, o modelo global foi estatisticamente significativo, $F(11, 153) = 2,26$, $p = 0,014$, $\eta^2 = 0,140$, $R^2 = 0,140$, R^2 ajustado = 0,078. Neste modelo, mantiveram-se significativos apenas gênero e rendimento médio. O efeito do gênero foi significativo, $F(1, 153) = 5,62$, $p = 0,019$, $\eta^2 = 0,035$. As médias marginais estimadas indicaram que participantes do gênero feminino apresentaram escores superiores ($M = 3,44$, $EP = 0,11$, IC 95% $[3,22, 3,65]$) aos participantes do gênero masculino ($M = 2,93$, $EP = 0,20$, IC 95% $[2,53, 3,33]$), com diferença média de 0,50 pontos, $B = 0,503$, $EP = 0,212$, IC 95% $[0,084, 0,922]$.

O rendimento médio também apresentou efeito significativo no Fator 4, $F(2, 153) = 5,24$, $p = 0,006$, $\eta^2 = 0,064$. As comparações ajustadas indicaram que participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram escores mais elevados ($M = 3,61$, $EP = 0,19$, IC 95% $[3,23, 3,98]$) do que participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos ($M = 2,72$, $EP = 0,22$, IC 95% $[2,29, 3,14]$), diferença média = 0,89, $p = 0,005$. Nas estimativas de parâmetro, tomando como referência o grupo com rendimento superior a cinco salários mínimos, os participantes com rendimento entre um e dois salários mínimos apresentaram escores significativamente inferiores, $B = -0,890$, $EP = 0,276$, IC 95% $[-1,434, -0,346]$. A comparação entre participantes com rendimento entre dois e cinco salários mínimos e participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos não se manteve significativa após correção de Bonferroni. O detalhamento desses resultados pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6

Modelos lineares gerais ajustados para os escores do QCCAS

Variável	Bloco 1		Bloco 2		F4	
	<i>F</i>	η^2	<i>F</i>	η^2	<i>F</i>	η^2
Gênero	0,87	0,005	10,17**	0,062	5,62*	0,035
Idade	5,06*	0,028	5,36*	0,034	0,07	0,000
Tempo de atuação	2,99	0,017	8,44**	0,052	1,27	0,008
Escolaridade	0,85	0,010	0,01	0,000	0,13	0,002
Rede de ensino	1,64	0,018	1,55	0,020	2,64	0,033
Vínculo profissional	0,17	0,002	2,30	0,029	0,27	0,004
Rendimento médio	1,29	0,014	7,57***	0,089	5,24**	0,064

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os conhecimentos e crenças de profissionais da educação sobre o abuso sexual contra crianças, identificando domínios de maior e menor alinhamento com evidências e examinando sua associação com características sociodemográficas e profissionais. De modo geral, os resultados indicaram que os participantes apresentaram maior alinhamento no reconhecimento de práticas sexualmente abusivas do que em relação aos conhecimentos e crenças mais amplos sobre o fenômeno. No entanto, mesmo quando os escores médios sugeriram algum grau de conhecimento, observou-se heterogeneidade entre domínios, indicando que a familiaridade geral com o

tema não se traduz em compreensão consistente sobre identificação, evidências, revelação e manejo de situações suspeitas.

Esse resultado dialoga com a literatura que tem apontado a escola como um contexto estratégico, mas ainda insuficientemente preparado para a prevenção e a identificação do abuso sexual contra crianças. Os profissionais da educação estão em uma posição privilegiada para observar mudanças comportamentais, acolher revelações, acionar a rede de proteção e contribuir para a prevenção. Contudo, estudos recentes indicam uma formação limitada e pouco sistemática, comprometendo o desenvolvimento de competências profissionais específicas nessa área (Walsh et al., 2023). Da mesma forma, uma revisão Cochrane aponta que, embora a formação possa ampliar os conhecimentos, a evidência ainda é de baixa certeza, reforçando a necessidade de intervenções mais bem planejadas e avaliadas (Walsh et al., 2022).

No que tange o reconhecimento de práticas sexualmente abusivas (Bloco 1), os participantes apresentaram média elevada nesse domínio, sugerindo que tendem a identificar como problemáticos comportamentos abusivos mais explícitos. Embora esse reconhecimento constitua uma condição mínima para uma resposta protetiva, identificar práticas evidentes não implica, necessariamente, preparo para interpretar situações mais sutis, progressivas ou ambíguas, frequentes na dinâmica do abuso sexual contra crianças. A literatura demonstra que programas preventivos eficazes devem ir além da transmissão de conceitos gerais, abordando cenários concretos, estratégias de manipulação e formas menos evidentes de vitimização (Lu et al., 2023).

No Bloco 2, relativo aos conhecimentos e crenças sobre o abuso sexual contra crianças, os resultados apontaram escores médios moderados, consistentes com estudos que identificam lacunas relevantes nos conhecimentos de professores sobre o tema (Duarte et al., 2022; Márquez-Flores et al., 2016). No estudo de Márquez-Flores et al. (2016), a maioria dos professores não havia recebido formação específica e relatava desconhecimento sobre formas de identificação. Embora os contextos sejam distintos, a convergência dos achados sugere que as lacunas formativas dos profissionais da educação não são apenas locais, mas refletem uma dificuldade de integrar a proteção infantil à formação e à prática escolar.

A comparação entre os fatores do Bloco 2 mostrou um resultado particularmente relevante: o fator relativo às respostas da criança frente ao abuso sexual apresentou os escores mais elevados, enquanto o fator relativo à percepção sobre a identificação do abuso sexual e suas evidências apresentou os escores mais baixos. Essa diferença entre os fatores sugere que os profissionais estejam mais alinhados com algumas ideias sobre a forma como crianças reagem ou revelam o abuso, mas menos seguros em relação aos critérios de identificação, à interpretação de sinais e ao papel das evidências. Em termos práticos, este achado é particularmente importante, uma vez que as decisões escolares diante de uma suspeita de abuso sexual contra a criança dependem da forma como os profissionais interpretam sinais ambíguos, relatos parciais, ausência de marcas físicas, mudanças comportamentais inespecíficas ou situações em que a criança revela e depois se retrata.

O maior alinhamento no domínio das respostas da criança pode constituir um recurso importante. A literatura tem demonstrado que a revelação do abuso sexual é frequentemente tardia, gradual e influenciada por fatores relacionais, familiares e emocionais. As crianças podem permanecer em silêncio por medo de consequências, sentimento de culpa, dependência emocional, ambivalência em relação ao ofensor ou receio de desorganizar a família (Goodman-Brown et al., 2003; London et al.,

2007). Além disso, a retratação não deve ser interpretada automaticamente como sinal de falsidade, uma vez que pode ocorrer em contextos de pressão, ausência de apoio ou dependência em relação ao ofensor (Malloy et al., 2007). Assim, o reconhecimento da complexidade dos processos de revelação e retratação pode reduzir o risco de descredibilização da criança e favorecer uma resposta mais protetiva.

Por outro lado, o menor escore no fator relativo à identificação do abuso e às evidências aponta para o domínio de maior vulnerabilidade formativa. Este achado é particularmente preocupante porque a identificação do abuso sexual contra crianças raramente se apoia em sinais inequívocos. A ausência de lesões físicas, a inexistência de uma revelação imediata ou a presença de sintomas inespecíficos não excluem a ocorrência de abuso. Pelo contrário, a dinâmica abusiva pode envolver segredo, manipulação gradual, proximidade afetiva, ameaças implícitas, dependência relacional e confusão emocional da criança. Quando profissionais esperam sinais claros, marcas físicas ou narrativas lineares, podem deixar de reconhecer situações de risco ou retardar o encaminhamento do caso para a rede de proteção da criança. Esse resultado converge com a literatura recente sobre necessidades formativas em contexto escolar, que tem enfatizado a importância de preparar os profissionais não apenas para conhecer definições, mas também para lidar com a incerteza, a ambiguidade, os limites da sua atuação e os fluxos de proteção (Bayer et al., 2025).

As diferenças observadas em função do gênero também merecem discussão. Nas análises bivariadas, participantes do gênero feminino apresentaram escores superiores no Bloco 2 e em alguns fatores. Nos modelos ajustados, o gênero manteve-se associado ao Bloco 2 global e ao Fator 4, com escores mais elevados entre as mulheres. Este achado deve ser interpretado com cautela, considerando o desequilíbrio da amostra, composta majoritariamente pelo sexo feminino. Ainda assim, o resultado pode refletir diferenças de gênero nas trajetórias de socialização, formação e envolvimento com temas associados ao cuidado e à proteção infantil. A literatura brasileira tem descrito a docência, especialmente nos níveis iniciais da educação, como um campo historicamente feminizado, atravessado por expectativas de cuidado e por representações da professora como figura maternal (Costa & Ribeiro, 2011; Rosemberg, 2001). Contudo, esta interpretação não deve naturalizar uma maior competência feminina para a proteção de crianças. Pelo contrário, o achado aponta para a necessidade de envolver intencionalmente todos os profissionais da educação, independentemente do gênero, em processos formativos sobre o abuso sexual contra crianças.

A idade e o tempo de atuação apresentaram padrões distintos. No Bloco 1, a idade associou-se negativamente ao reconhecimento de práticas sexualmente abusivas, indicando escores mais baixos entre os participantes mais velhos. Esse resultado converge com Duarte et al. (2022), que observaram maior rejeição de práticas sexualmente abusivas entre os educadores mais jovens. Uma hipótese plausível é que profissionais mais jovens tenham sido mais expostos, ao longo da formação ou da vida pública recente, a debates sobre direitos da criança, violência sexual, consentimento, proteção infantil e educação sexual. No entanto, no modelo ajustado para o Bloco 2, a idade associou-se positivamente aos escores, enquanto o tempo de atuação no Ensino Fundamental apresentou associação negativa. Esse padrão sugere que a idade cronológica e a experiência profissional específica não são equivalentes. A idade pode estar associada à maturidade, à exposição social mais ampla ou a experiências pessoais e profissionais diversificadas; já o tempo de atuação, quando não acompanhado por formação específica, pode não garantir atualização conceitual. Assim, a experiência acumulada na escola não deve ser tomada como substituto da formação continuada.

Esse ponto é importante porque contraria uma suposição frequente nos sistemas educacionais: a ideia de que profissionais mais experientes estariam necessariamente mais preparados para reconhecer e manejar situações complexas de proteção infantil. Os achados deste estudo sugerem que a experiência pode ser insuficiente quando não é acompanhada por oportunidades estruturadas de atualização e supervisão. Essa interpretação é coerente com Walsh et al. (2023), que destacam a necessidade de uma base sistemática de conhecimentos sobre proteção infantil na formação inicial docente, e com Walsh et al. (2022), que indicam que formações específicas podem melhorar resultados relacionados ao conhecimento e à notificação, ainda que a evidência disponível precise ser fortalecida. Portanto, a formação sobre o abuso sexual contra crianças deve ser pensada como componente contínuo do desenvolvimento profissional, e não como conteúdo pontual ou dependente da sensibilidade individual do educador.

O rendimento também se associou aos escores do Bloco 2 e do Fator 4 nos modelos ajustados. Participantes com rendimento superior a cinco salários mínimos apresentaram maior alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências, especialmente no domínio relativo à identificação e às evidências. A interpretação desse achado deve ser cautelosa, pois o delineamento transversal não permite inferir causalidade. Ainda assim, é plausível que um maior rendimento esteja associado a um maior acesso a oportunidades de formação, melhores condições institucionais, maior disponibilidade de recursos pedagógicos ou contextos escolares com maior investimento em desenvolvimento profissional. Esta associação é importante porque sugere que a capacitação em abuso sexual contra crianças pode estar distribuída de forma desigual. Se o acesso ao conhecimento depende de recursos individuais ou das condições da escola em que o profissional atua, então os profissionais em contextos mais vulneráveis podem ficar precisamente menos preparados para responder a situações que exigem elevada competência protetiva.

Algumas diferenças observadas nas análises bivariadas, como aquelas associadas à rede de ensino, à escolaridade e ao vínculo profissional, não se mantiveram nos modelos ajustados. Este resultado sugere que parte das diferenças iniciais pode estar relacionada à sobreposição entre características sociodemográficas e profissionais. Nesse sentido, a ausência de associação robusta com a escolaridade merece destaque. Ter maior escolaridade formal não pareceu, por si só, assegurar maior alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências. Este achado reforça a distinção fundamental de que a formação acadêmica geral não equivale à formação específica para a proteção infantil.

Os achados também reforçam a importância de distinguir conhecimento de crenças. A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento permite compreender que a interpretação da realidade não decorre apenas do acesso à informação formal, mas da articulação entre experiências, afetos, valores, crenças e interações sociais (Arantes, 2013; Pátaro, 2007). Essa perspectiva é particularmente pertinente no campo do abuso sexual contra crianças, uma vez que o tema é atravessado por tabus, estigmas, representações sobre sexualidade infantil e concepções normativas sobre família e autoridade adulta. Portanto, formações centradas apenas na transmissão de informação podem ser insuficientes. É necessário criar espaços formativos que permitam aos profissionais reconhecer e revisar crenças que podem interferir na escuta da criança, na avaliação da suspeita, na atribuição de credibilidade ao relato e na decisão de acionar a rede de proteção.

Do ponto de vista aplicado, os resultados indicam que programas de formação inicial e continuada devem priorizar quatro eixos. O primeiro eixo diz respeito à identificação do abuso sexual e

ao papel das evidências, incluindo a ausência frequente de sinais físicos, a inespecificidade dos sintomas, a complexidade da revelação, a possibilidade de retratação e os riscos de exigir da criança um relato linear ou imediato. O segundo eixo envolve crenças sobre vítimas, ofensores e contextos de ocorrência, incluindo o abuso sexual intrafamiliar, perpetradores conhecidos, vitimização de meninos, ofensoras mulheres e situações sem violência física explícita. O terceiro eixo diz respeito ao acolhimento inicial e aos limites da atuação escolar: o profissional da educação não deve substituir a investigação ou a intervenção especializada, mas precisa saber escutar sem induzir, proteger sem expor, registrar adequadamente e encaminhar segundo os fluxos legais e institucionais. O quarto eixo envolve a articulação com a rede de proteção, pois o manejo adequado depende de clareza sobre responsabilidades, comunicação intersetorial e continuidade do cuidado.

Esses eixos são coerentes com a literatura recente sobre programas escolares de prevenção. A revisão de Lu et al. (2023) indica que programas escolares precisam estar ancorados em teorias claras e em mecanismos plausíveis de ação, considerando não apenas o conteúdo transmitido, mas também as condições de implementação. Do mesmo modo, Bayer et al. (2025) enfatizam que as necessidades formativas percebidas pelos profissionais escolares devem orientar o planejamento de capacitações mais ajustadas. Nesse sentido, o presente estudo contribui ao oferecer um diagnóstico empírico de domínios específicos de maior e menor alinhamento, permitindo que a formação continuada seja desenhada a partir de necessidades identificadas e não apenas de pressupostos genéricos sobre o que os profissionais precisam saber.

Em conjunto, os resultados sugerem que a escola pode ocupar um lugar central na proteção de crianças contra o abuso sexual, mas essa centralidade não deve ser presumida como competência já instalada. A posição privilegiada dos profissionais da educação só se transforma em proteção efetiva quando há conhecimento, segurança, orientação institucional e revisão crítica de crenças. A literatura atual tem convergido na defesa de que a proteção infantil deve ser incorporada de forma mais consistente à formação docente, às políticas escolares e aos sistemas de resposta intersetorial (Walsh et al., 2022; Walsh et al., 2023). Os achados deste estudo reforçam essa direção ao mostrar que as maiores vulnerabilidades não se concentram apenas no desconhecimento da existência do abuso sexual contra crianças, mas também na interpretação de situações complexas, ambíguas e emocionalmente difíceis, justamente aquelas em que uma resposta adulta qualificada é mais necessária.

LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra foi recrutada por conveniência e a coleta ocorreu em formato on-line, o que pode ter favorecido a participação de profissionais mais interessados ou sensibilizados pela temática. Além disso, a amostra foi composta majoritariamente por mulheres, limitando a interpretação das diferenças em função do gênero. O uso de autorrelato também pode ter sido influenciado por desejabilidade social, especialmente por se tratar de um tema sensível e normativamente marcado por questões morais. A existência de respostas incompletas e a redução do tamanho amostral nos modelos ajustados, estimados com casos completos, também requerem cautela. Em função disso, os modelos ajustados devem ser interpretados como análises complementares e exploratórias.

Outra limitação refere-se ao fato de o estudo avaliar conhecimentos e crenças, mas não comportamentos efetivos de notificação, acolhimento ou encaminhamento adotados pelos profissionais de educação. Portanto, não é possível concluir que escores mais elevados correspondam diretamente a práticas profissionais mais adequadas em situações reais. Estudos futuros devem investigar a relação entre conhecimentos, crenças, autoeficácia, experiências prévias com suspeitas ou revelações de abuso sexual e condutas efetivamente adotadas pelos profissionais. Também, são recomendados estudos com amostras maiores e mais diversificadas, delineamentos longitudinais e avaliações da efetividade de programas formativos voltados à prevenção, identificação e encaminhamento do abuso sexual contra crianças no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que profissionais da educação apresentam algum grau de alinhamento com conhecimentos e crenças baseados em evidências sobre o abuso sexual contra crianças. Todavia, persistem vulnerabilidades importantes, especialmente no domínio da identificação do abuso e da interpretação de evidências. Os resultados sugerem que a atuação protetiva no contexto escolar não depende apenas do acesso a informações gerais, mas também da revisão de crenças que influenciam como os profissionais interpretam situações suspeitas, acolhem revelações e decidem encaminhar casos à rede de proteção.

Ao identificar domínios de maior e menor alinhamento com evidências, bem como características associadas aos escores, o estudo oferece subsídios para o planejamento de formações mais direcionadas. Essas iniciativas devem articular conhecimento técnico, reflexão crítica sobre crenças que influenciam a identificação e a interpretação de situações de abuso e orientação prática quanto aos fluxos de atuação. Desse modo, os achados contribuem para fortalecer o papel da escola na prevenção, identificação e encaminhamento de situações de abuso sexual contra crianças, promovendo respostas mais informadas, sensíveis e protetivas.

REFERÊNCIAS

- Administration for Children and Families. (2021). Child maltreatment 2019. U.S. Department of Health & Human Services, Administration for Children and Families, Administration on Children, Youth and Families, Children's Bureau.
- Arantes, V. A. (2013). O psiquismo humano e a teoria dos modelos organizadores do pensamento. *Revista NUPEM*, 5(9), 51–66. <https://www.redalyc.org/pdf/5892/589277821006.pdf>
- Batista, A., & Gonçalves, M. (2025). *Questionário de Conhecimentos e Crenças sobre o Abuso Sexual contra Crianças (QCCAS)*. Escola de Psicologia, Universidade do Minho.
- Bayer, L., Cigelski, M., Eilfgang, J., Mensing, F., Sewald, H., von Seeler, I., & Pülschen, S. (2025). Child protection and child sexual abuse prevention in schools: Self-assessment and external assessment of school professionals' educational needs. *Child Protection and Practice*, 7, 100245. <https://doi.org/10.1016/j.chipro.2025.100245>
- Brasil. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. *Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9603.htm
- Brasil. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. *Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm

- Bueno, S., Bohnenberger, M., Martins, J., & Sobral, I. (2023). A explosão da violência sexual no Brasil. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Choudhry, V., Dayal, R., Pillai, D., Kalokhe, A. S., Beier, K., & Patel, V. (2018). Child sexual abuse in India: A systematic review. *PLOS ONE*, *13*(10), e0205086. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0205086>
- Costa, A. P., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Ser professora, ser mulher: Um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. *Revista Estudos Feministas*, *19*(2), 475–489. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200011>
- Duarte, T. de M., Patias, N. D., & Hohendorff, J. V. (2022). Crenças de professores sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. *Psico-USF*, *27*(4), 635–648. <https://doi.org/10.1590/1413-82712022270403>
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). *GPower* (Version 3.1) [Computer software]. Universität Kiel. <https://www.psychologie.hhu.de/arbeitsgruppen/allgemeine-psychologie-und-arbeitspsychologie/gpower>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006) – São Paulo: 357 p.: il. 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
- Goodman-Brown, T. B., Edelstein, R. S., Goodman, G. S., Jones, D. P., & Gordon, D. S. (2003). Why children tell: A model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, *27*(5), 525–540. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(03\)00037-1](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(03)00037-1)
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S., & Koller, S. H.. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*(4), 467–473. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>
- Inoue, S. R. V., & Ristum, M.. (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, *25*(1), 11–21. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>
- London, K., Bruck, M., Ceci, S. J., & Shuman, D. W. (2007). Disclosure of child sexual abuse: A review of the contemporary empirical literature. In M.-E. Pipe, M. E. Lamb, Y. Orbach, & A.-C. Cederborg (Eds.), *Child sexual abuse: Disclosure, delay, and denial* (pp. 11–39). Lawrence Erlbaum Associates Publishers
- Lu, M., Barlow, J., Meinck, F., & Neelakantan, L. (2023). Unpacking school-based child sexual abuse prevention programs: A realist review. *Trauma, Violence, & Abuse*, *24*(4), 2067–2081. <https://doi.org/10.1177/15248380221082153>
- Malloy, L. C., Lyon, T. D., & Quas, J. A. (2007). Filial dependency and recantation of child sexual abuse allegations. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, *46*(2), 162–170. <https://doi.org/10.1097/01.chi.0000246067.77953.f7>
- Márquez-Flores, M. M., Márquez-Hernández, V. V., & Granados-Gámez, G. (2016). Teachers' knowledge and beliefs about child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, *25*(5), 538–555. <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1189474>
- Pátaro, C. S. (2007). Pensamento, crenças e complexidade humana. *Ciências & Cognição*, *12*, 134–149. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300013
- Piolanti, A., Schmid, I. E., Fiderer, F. J., Ward, C. L., Stöckl, H., & Foran, H. M. (2025). Global prevalence of sexual violence against children: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, *179*(3), 264–272. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2024.5326>
- Rosemberg, F. (2001). Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, *9*(2), 515–540. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>
- Sigad, L. I., Tener, D., Lusky-Weisrose, E., Shaibe, J., & Katz, C. (2024). “Pay attention! Pay attention! Pay attention!!!”: The pivotal role of educators and the educational system as experienced by survivors of child sexual abuse. *Behavioral Sciences*, *14*(5), 419. <https://doi.org/10.3390/bs14050419>
- Walsh, K., Eggins, E., Hine, L., Mathews, B., Kenny, M. C., Howard, S., Ayling, N., Dallaston, E., Pink, E., & Vagenas, D. (2022). Child protection training for professionals to improve reporting of

child abuse and neglect. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 7, Article CD011775. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD011775.pub2>

Walsh, K., Ey, L., Hand, K., Smith, R., Howard, S., Fenton, A., Whiteford, C., Brown, M., Pinnock, R., & Rodier, L. (2023). Child protection and safeguarding in initial teacher education: A systematic scoping review. *Children and Youth Services Review*, 150, 106951. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.106951>

1. DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Aline Pozzolo Batista – Conceitualização, Metodologia, Investigação, Curadoria de dados, Análise formal, Administração do projeto, Visualização, Escrita: rascunho original, Escrita: revisão e edição.

Mariana Gonçalves – Conceitualização, Metodologia, Supervisão, Validação, Escrita: revisão e edição.

2. DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que participaram do desenvolvimento e da validação do instrumento utilizado no presente estudo. Não há conflitos de interesse financeiros relacionados à pesquisa ou ao instrumento.

3. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

4. DECLARAÇÃO DE USO DE IA

A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada para auxiliar na revisão técnico-gramatical do texto e normalização de referências.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.